



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SUJEITO PASSIVO: A. R. DOS ANJOS LTDA

ENDEREÇO: Avenida Mamoré, 4835 - Esperança da Comunidade - Porto Velho/RO - Loja Esquina
CEP: 76825-031

PAT Nº: 20242700100077

DATA DA AUTUAÇÃO: 07/11/2024

CAD/CNPJ: 26.927.712/0002-25

CAD/ICMS: 00000005214068

DECISÃO PROCEDENTE Nº: 2025/1/230/TATE/SEFIN

1. Falta de escrituração em EFD na entrada de mercadorias. 2. Súmula nº 06/2022/TATE/SEFIN. 3. Ocorrência. 4. Infração não ilidida 5. Ação Fiscal **Procedente**

1 – RELATÓRIO

O sujeito passivo deixou de escriturar documentos fiscais de entrada não tributados na EFD, o que enseja na lavratura de auto de infração e a aplicação de multa prevista no art. 77, inciso X, alínea “d” da Lei 688/96.

Tributo	0,00
Multa	99.643,90
Juros	0,00

Atualização Monetária	0,00
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	99.643,90

A intimação do Auto de Infração para a empresa foi realizada, em **14/11/2024**, por meio da Notificação Nº **14363924**, via DET nos termos do artigo 112, inciso IV da Lei nº 688/96. A defesa foi apresentada de forma tempestiva.

A intimação do Auto de Infração para sócios/responsáveis foi efetivada em **03/12/2024** (última data), via postal, com AR, nos termos do artigo 112, II da Lei 688/96.

2 - DAS ARGUIÇÕES DA DEFESA

O sujeito passivo, em síntese, alega o que se segue:

2.1. O contribuinte alegou que foi surpreendido com a notícia da autuação, pois NÃO sabia que o escritório de contabilidade contratado não havia enviado as retificações das EFDs e que este, também, havia omitido registros da escrituração fiscal e que não havia atendido as notificações do FISCONFORME. O contribuinte alegou que após isso, foram retificados todos os SPED para que não ocorresse mais irregularidades e diferenças entre os valores apresentados pela fiscalização e os valores apresentados pela empresa e, por isso, não causou prejuízo ao erário público. Dessa maneira, pede a improcedência do Auto de Infração e, se isto não for possível, pede a recapitulação da multa para uma penalidade menos severa;

2.2. O requerente, _____, CPF. _____ afirma que não é o proprietário da empresa A.R. dos Anjos Ltda. Que o proprietário é seu pai, _____ (que assina a defesa da empresa), CPF. _____. Que não exerce cargo de chefia ou gerência na empresa e não participa da tomada de decisões. Que é representante comercial e que negocia com diversos estabelecimentos comerciais e que não vê qualquer fundamento para que seja incluído no Termo de responsabilidade solidária desta autuação. Da mesma forma acusa o contador da empresa, Júlio César Ramos Nogueira, de omitir informações da empresa e não as prestar à Fiscalização no devido tempo e informa por último que, este não é mais contador responsável pela empresa. Ao fim, requer a exclusão do seu nome da relação de devedores solidários;

2.3. O outro requerente, _____ (pai do anterior), CPF. _____ afirma ser o proprietário da empresa, e da mesma forma que a defesa da empresa e a defesa de seu filho, foi surpreendido pela autuação e acusa o contador da empresa _____ de omitir informações da empresa e não as prestar à Fiscalização no devido tempo. Ao fim, também, requer a

exclusão do seu nome da relação de devedores solidários.

3 – FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO

O sujeito passivo, conforme consta nos autos, sociedade limitada, comerciante varejista de materiais de construção em geral, optante do Regime Normal de tributação (Sintegra).

Foi apurado que, nos meses de maio e junho/2020, dezembro/2021, junho, agosto, setembro outubro e novembro/2022, julho, novembro e dezembro/2023 e, janeiro e março/2024, o sujeito passivo deixou de escriturar 480 documentos fiscais de entrada de mercadorias isentas, não tributadas ou tributadas por ST na EFD/SPED.

De acordo com a Tabela do item 4. AÇÃO FISCAL, do Relatório Fiscal, nas folhas 11 e 12 dos autos, durante os anos de 2021 e 2024, o contribuinte recebeu diversas notificações para apresentar o comprovante de pagamento do imposto, após ter feito formalizado a denúncia espontânea, e não o fez em nenhuma das oportunidades. Nas folhas 13 a 15 dos autos, é apresentada outra tabela com diversas pendências NÃO RESOLVIDAS do FISCOFIS. Esta série de fatos geraram a denúncia fiscal que se concretizou na presente Ação fiscal.

Em 22/08/2024, foi autorizada a DFE Nº 20242500100020 (fl.03), contida nesta Ação Fiscal nº 20241200100288, auditoria geral, originado solicitações internas da SEFIN-RO, pelo período fiscalizado de 01/01/2020 até 31/07/2024.

Em **19/09/2024**, foi dada ciência ao contribuinte do início da Ação Fiscal, Termo nº 20241100100324 (fls.19 e 20), a qual foi dado o prazo de 72 horas após ciência, até 22/09/24, para apresentação do livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência e a tarefa de Preencher correto da destinação da mercadoria, Notificação nº **14281064**.

Em **07/11/2024** é lavrado o Termo de Encerramento desta Ação Fiscal (fl. 25) com ciência do contribuinte em 14/11/2024 (fl.23), em que resultou na lavratura de 10 (dez) Autos de Infração deste contribuinte.

Foi lavrado o Termo de Devolução de Livros e Documentos fiscais (fl.24).

Como informado pela autuante na folha 11, no Relatório Fiscal, de que há indícios de prática estruturada de sonegação fiscal, foram responsabilizados, solidariamente, pelo crédito tributário devido os três responsáveis qualificados em Termo próprio à folha 02 dos autos. Que a motivação se deu com a Notícia de Fato nº 2023.0001.003.37602 do Ministério Público Estadual, que acusa a empresa de utilizar artifícios irregulares para não cumprir suas obrigações tributárias, além de operar por interposta pessoa, sendo o legítimo proprietário o sr. João Junior Rios (fl.05).

A autuante informa, em uma tabela (fl.05), a relação das sete empresas que compõe o grupo com os devidos CNPJ e endereços. Segundo informação do Relatório fiscal, à folha 06, que a Sociedade estava registrada por interposta pessoa, em nome de _____, CPF. _____, que segundo consta, recebeu o benefício assistencial do Governo Federal durante 2020 e 2021, e, portanto, não apresentaria capacidade financeira para ter integralizado o capital de R\$ 850.000,00 em um grupo societário com sete empresas.

Em março de 2020, em Porto Velho, foi registrada no 4º Ofício de Notas e Registro Civil de PVh, uma Procuração de _____ para _____, dando-lhe amplos e irrestritos poderes sobre a Filial 1, segundo a tabela, com validade de 2 anos.

Nas folhas 06 e 07 do Relatório Fiscal, a autuante descreve como se dava o envolvimento direto de João Junior Rios nos negócios da empresa.

No Relatório fiscal, ao final da folha 12 e início da 13, do processo principal, a autuante constata o não pagamento do imposto devido evidenciado em processos de Denúncia espontânea e diversas pendências do FISCONEFORME em que o contribuinte deu entrada em processos administrativos para regularização, porém, ao final tais processos eram indeferidos porque, simplesmente, não eram cumpridos ou saldados.

Nas folhas 13 e 15 dos autos do processo principal, a autuante ratifica que, de fato, na análise comparativa dos documentos fiscais próprios e de terceiros, na entrada de mercadorias, com os valores que deveriam ser registrados na EFD/SPED que gerou a planilha “ANEXO – Omissão entrada – não tributadas”, o contribuinte descumpriu uma obrigação acessória ao não registrá-las.

E ao final da folha 15 dos autos principal, no Relatório fiscal, a autuante ressalta que “os documentos fiscais de entrada não registrados na EFD foram segregados entre tributados e não tributados. Foram considerados tributados os documentos fiscais em que, pelo menos, um dos produtos está submetido ao regime normal de tributação, não constando como isento, não tributado ou submetido à substituição tributária na legislação de Rondônia. Esta classificação levou em consideração a tributação correta dos produtos, independentemente de terem sido atribuídos de maneira equivocada em sua emissão”.

3.1. O sujeito passivo, como dito acima, não contesta as acusações feitas a respeito da autuação, apenas direcionando a culpa da não regularização das pendências apuradas para a desídia do Contador da empresa, o sr.

No que diz respeito à alegação de que não houve prejuízo ao Fisco, e que não havendo dolo ou culpa, não existe infração da legislação tributária, cumpre destacar para esse ponto que a legislação (art. 75, §§ 1º a 3º, da lei 688/96) define que constitui infração toda ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou terceiros, da legislação tributária relativa ao imposto. Com efeito, os parágrafos deste dispositivo estabelecem que a prática de condutas definidas como infração implica lavratura de Auto de Infração, sendo que a responsabilidade independe de intenção do sujeito passivo, o que foi aplicada pela Autoridade Fiscal

Quanto ao pedido de reenquadramento da multa para uma penalidade menos severa, afirmo que isso não será possível porque a infração é bem específica e está perfeitamente tipificada no **art.77, inciso X, alínea “d” da Lei 688/96**, quando diz que deixou de escriturar livros de Registro/documentos de Entrada na forma da legislação tributária de mercadorias isentas, não tributadas ou tributadas por ST.

De acordo com a Súmula nº 06/ 2022/ TATE/ SEFIN:

“Nas hipóteses em que a multa de 02 UPF disposta no art. 77, inciso X, alínea “d”, da Lei 688/96, superar os percentuais do valor indicado no documento fiscal, 20% na entrada ou 15% na saída, a multa de 02 UPF fica limitada, respectivamente, para os percentuais dispostos nas alíneas “a” e “b” do inciso X da Lei nº 688/96.”

O reenquadramento para uma capitulação de multa MENOS severa deve ser feita automaticamente. E assim, procedeu, de forma bem didática, a fiscal autuante que no item 6 “PENALIDADE” de seu Relatório Fiscal, mencionando a citada legislação, e no item 7 “LANÇAMENTO DA MULTA”, do mesmo Relatório, produziu as tabelas para o cálculo da multa devida. Tudo de acordo com a Súmula do TATE.

3.2. Com relação ao Responsável – _____, CPF _____ –, a ele foi atribuído a condição de responsável solidário, pelos fatos apresentados no Relatório fiscal, pela Notícia de Fato do MP-RO e por ter contribuído para a pessoa jurídica incorrer em práticas lesivas ao equilíbrio concorrencial, em razão do descumprimento de obrigação principal (art. 11-A, XII, “h”, da lei 688/96). Resta configurada a solidariedade que lhe foi atribuída.

3.3. Com relação ao Sócio – _____, CPF _____ –, a ele foi atribuído a condição de responsável solidário, por ter contribuído para a pessoa jurídica incorrer em práticas lesivas ao equilíbrio concorrencial, em razão do descumprimento de obrigação principal (art. 11-A, XII, “h”, da lei 688/96). Resta configurada a solidariedade que lhe foi atribuída.

Não foi apresentada Defesa do contador, e de acordo com o que dispõe o art.11-A da Lei 688/96:

Art. 11-A. São responsáveis pelo pagamento do crédito tributário:

(...)

XIV - solidariamente, a pessoa que tenha interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal e acessória, inclusive o contabilista definido no § 3º ou a organização contábil;

(...)

§ 3º. Considera-se contabilista o contador, o técnico em contabilidade e o responsável pela escrituração fiscal da empresa, terceirizados.

Desta forma, o contador também foi incluído no rol de Responsáveis solidários.

ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE

		MANTER
		MANTER
		MANTER

4 – CONCLUSÃO

No uso da atribuição disposta no artigo 79, II, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo Tributário – TATE, aprovado pelo Decreto nº 9157, de 24 de julho de 2000, JULGO PROCEDENTE o Auto de Infração e DEVIDO o crédito no valor de R\$ 99.643,90.

Frise-se que é facultado ao sujeito passivo, nos termos do art.80, alínea D da Lei 688/96, recolher a multa com desconto de **40%**, no prazo de **30 dias**, contados da intimação do julgamento em 1ª Instância, solicitando a emissão do DARE pelo e-mail: primeirainstancia@sefin.ro.gov.br.

5 – ORDEM DE INTIMAÇÃO

Fica o sujeito passivo intimado a recolher o crédito tributário devido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste, garantido o direito ao recurso voluntário à Câmara de Segunda Instância, no mesmo prazo, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e o conseqüente processo de Execução Fiscal.

Porto Velho, 14/05/2025 .

ARMANDO MARIO DA SILVA FILHO

JULGADOR DE 1ª INSTÂNCIA



Documento assinado eletronicamente por:

ARMANDO MARIO DA SILVA FILHO, Auditor Fiscal,

Data: **15/05/2025**, às **10:46**.

Conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.